

## Trabalho de campo e sociologia relacional: uma experiência na favela do Turano

Marco Antonio dos Santos Teixeira

---



**Edição electrónica**

URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/2888>

DOI: 10.4000/pontourbe.2888

ISSN: 1981-3341

**Editora**

Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo

**Refêrencia eletrónica**

Marco Antonio dos Santos Teixeira, « Trabalho de campo e sociologia relacional: uma experiência na favela do Turano », *Ponto Urbe* [Online], 17 | 2015, posto online no dia 15 dezembro 2015, consultado o 30 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/pontourbe/2888> ; DOI : 10.4000/pontourbe.2888

---

Este documento foi criado de forma automática no dia 30 Abril 2019.

© NAU

---

# *Trabalho de campo e sociologia relacional: uma experiência na favela do Turano*

Marco Antonio dos Santos Teixeira

---

## **Perspectivas relacionais na sociologia**

- 1 A perspectiva relacional adotada neste trabalho baseia-se fundamentalmente em dois autores: Norbert Elias e Pierre Bourdieu. Em linhas gerais, apresentarei a perspectiva relacional para a sociologia de ambos os autores, considerando os pontos de convergência e afastamento das suas ideias. A importância dessas palavras iniciais está no fato de a conformação de um olhar sociológico relacional baseado em Elias e Bourdieu ter orientado, em grande medida, a minha formação e a experiência de trabalho de campo que tive durante a prática profissional, objeto de análise neste artigo.
- 2 Para apresentar a visão relacional de Elias, uma boa estratégia é expor um exemplo, como sugere o autor em alguns dos seus trabalhos. Para isso, convido o leitor a imaginar quatro pessoas ao redor de uma mesa jogando cartas. Um observador é capaz de compreender o jogo se olhar apenas para as ações de cada um dos jogadores isoladamente? A carta lançada por um deles vai ter relação com a escolha do lance do jogador subsequente? A resposta é óbvia para qualquer um que já participou de um jogo de cartas ou tem um conhecimento mínimo da prática. A carta lançada na mesa por um jogador vai ter relação com as jogadas anteriores e as subsequentes. Em alguns jogos de cartas, não só a carta lançada, mas também a postura do jogador vai se relacionar com os lances prévios e seguintes. A capacidade de perceber o comportamento do outro e antever jogadas é fundamental em alguns jogos. Assim como a capacidade de blefar e causar dúvidas no adversário sobre as cartas que se tem em mãos, só para citar alguns exemplos. As ações das pessoas à volta de uma mesa jogando cartas são interdependentes e o “decorso

tomado pelo jogo será obviamente o resultado das ações de um grupo de indivíduos interdependentes” (Elias 2008: 142).

- 3 Imagine agora uma partida de futebol. Se observarmos apenas as atividades dos jogadores de uma equipe, ignorando o seu adversário, poderemos compreender a partida? Seja no jogo de futebol ou no de cartas, será incompreensível tentar observar as ações e as experiências de um jogador ou de uma equipe de forma isolada e independente das ações e experiências do outro jogador ou da outra equipe. Faz-se, portanto, necessário observar a interdependência entre as ações e experiências dos jogadores em qualquer que seja a situação em questão.
- 4 As situações apresentadas aqui, do jogo de cartas e da partida de futebol, são modelos de jogos citados por Elias para melhor explicar o sentido do que ele denomina *figuração*. Nos dois jogos citados, o decurso tomado pela partida será o resultado das ações de um grupo de indivíduos interdependentes. Os adversários são interdependentes e a ação de um só pode ser entendida se observada a partir da relação que estabelece com o outro. As ações de uma equipe se interligam constantemente com as ações do seu adversário, constituindo, dessa forma, uma *figuração*. (Elias 1985).
- 5 Por *figuração* compreendem-se, portanto, as formas específicas de interdependência que ligam os indivíduos entre si. Um aspecto importante da noção de *figuração* é lembrado por Zaluar (2013). A autora chama a atenção para o fato de Elias incorporar na sua compreensão sobre *figuração* as estruturas psíquicas dos indivíduos às formações grupais coletivas, remetendo à ideia de interdependência entre os seres humanos, constituída e alterada em processos sociais de constante movimentação (Zaluar 2013). Nesse ponto, o debate dicotômico entre objetividade e subjetividade nas ciências sociais se dilui, dando força à compreensão da interdependência dessas dimensões na noção de *figuração*.
- 6 O termo *figuração* é utilizado para evitar a ideia de que pessoas e sociedade são substancialmente diferentes. A compreensão dos grupos humanos, pequenos ou grandes, como *figurações* que os seres humanos formam entre si, permite um melhor ajustamento dos conceitos aos dados observáveis do que a habitual polarização do indivíduo e da sociedade. Trata-se de um deslocamento da perspectiva do observador: ao invés de observar as pessoas que constituem um grupo ou o grupo que elas formam entre si, trata-se de observar as *figurações* de seres humanos (Elias 1985).
- 7 Através do conceito de *figuração*, Elias apresenta uma perspectiva relacional, recusando a concepção do *homo clausus*, ou seja, do indivíduo isolado. Para o sociólogo, o indivíduo é parte da rede de relações (*figuração*) marcada pela interdependência entre eles. Na *figuração* coexistem relações amigáveis, tensões e conflitos, lembrou Zaluar (2013). A noção de *figuração*, resume Corcuff, possibilita que o sociólogo abandone o velho esquema causal e unilinear dos processos sociais do tipo “A causa B”, que simplificam o objeto, para analisá-los do ponto de vista da interdependência entre as ações individuais e as ações sociais. (CORCUFF, 2001, p. 42).
- 8 Assim como Elias, Bourdieu também tem uma abordagem relacional. Em comum entre os autores está a busca por não tratar os indivíduos como “coisas” determinadas pela infraestrutura econômica, mas focalizando-os em suas relações com outros indivíduos. Em linhas gerais, segundo a perspectiva relacional de Pierre Bourdieu, deve-se considerar que o objeto estudado não está isolado de um conjunto de relações. Para o sociólogo francês, deve-se lutar com todos os meios contra a inclinação primária para pensar o

mundo social de forma realista (ou substancialista). Faz-se necessário, portanto, pensar relacionalmente.

- 9 Para isso, a noção de *campo* funciona como uma estenografia conceitual de um modo de construção do objeto que vai orientar as opções práticas da pesquisa. O objeto estudado deve ser compreendido tendo em vista o real do qual se *abstraiu* o fragmento do qual ela faz parte. Dessa forma, conclui Bourdieu, pode-se pelo menos traçar as linhas de força que exercem pressão sobre o ponto considerado (Bourdieu 2007).
- 10 Nesse sentido, a noção de *campo* é também uma chave analítica para pensar sobre as relações que se estabeleceram durante a prática profissional que desenvolvi. Isso porque os *campos* se apresentam à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições ou de postos, onde as propriedades dependem de sua posição nesses espaços. Um *campo* se define, entre outras coisas, por objetos em jogo e por interesses específicos, que são irreduzíveis aos interesses próprios de outros *campos*. Nesse sentido, a favela, espaço onde atuei, pode ser entendida como um campo político, concebido como *campo* de forças e como *campo* de lutas, no qual múltiplos feixes de relação são estabelecidos e considerados para que se possa compreender as ações e significados desenvolvidos nesse espaço.
- 11 O tratamento da tensão entre subjetividade e objetividade é em Bourdieu diferente da abordagem de Elias. Para o sociólogo francês, as interações subjetivas entre indivíduos não importam, mas sim as suas relações estruturadas, histórica e objetivamente dadas porque fora da consciência individual (Zaluar 2013).
- 12 Para o trabalho que desenvolvi, a perspectiva relacional foi importante para compreender a classificação que os moradores fizeram de mim no momento de entrada em campo, assim como a noção que eles revelaram sobre o Estado, assuntos que tratarei nesse artigo.
- 13 Além disso, pensar relacionalmente ajudou na construção da postura que foi preciso ter na prática cotidiana do trabalho. Seja em conversas informais, em reuniões com um grupo de moradores, ou ainda em qualquer ocasião que exigia se relacionar com o outro, saber compreender o que estava em jogo na situação, a que determinada fala se referia, seu contexto, se era fundamental para uma compreensão mais qualificada da situação. Buscarei ao longo do texto mostrar como incorporei a perspectiva relacional no tratamento da situação em questão.
- 14 Antes de iniciar a apresentação do trabalho de campo em si, e uma vez explicada a orientação que tive no campo baseada na perspectiva relacional, faz-se necessário uma breve exposição sobre o Turano e o Programa Territórios da Paz.

## O “Complexo do Turano” e o Programa Territórios da Paz

- 15 Parte da região que hoje compreende o conjunto de favelas que constitui o chamado “Complexo do Turano” começou a ser ocupada em meados dos anos 1930 por Emílio Turano, que se dizia dono dessas terras. Os novos moradores que chegavam à região pagavam a Emílio uma taxa para ocupar o local. Na tentativa de não pagar mais as taxas consideradas abusivas, os moradores foram ocupando uma nova área, que hoje corresponde ao morro da Liberdade, e iniciaram uma luta para comprovar a ilegalidade da propriedade por Turano. Com apoio político e jurídico na época, os moradores conseguiram a vitória no caso e o morro foi então batizado como Liberdade.<sup>1</sup> Nos anos

seguintes, a ocupação da região cresceu, dando origem a outras comunidades do “Complexo”, como o Rodo, a Matinha e o Bispo, por exemplo.

- 16 O conjunto de favelas conhecido como “Complexo do Turano” é atualmente formado por sete áreas, estando duas delas, o Morro da Chacrinha e o Morro da Liberdade, na Tijuca, enquanto as demais, Matinha, Pantanal, Bispo, Rodo e Sumaré, localizam-se no bairro Rio Comprido.<sup>2</sup> Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Demográfico 2010, a população total do Turano é de 10.569 pessoas.<sup>3</sup> Contudo, informações obtidas com o Centro Municipal de Saúde Turano indicam que até abril de 2013 havia 13.200 moradores mapeados no local pelo Programa Saúde da Família, do Ministério da Saúde, que tem como estratégia a atenção básica à saúde.<sup>4</sup>
- 17 A ocupação do Turano pelo Batalhão de Operações Especiais (BOPE) começou em agosto de 2010, sendo inaugurada em 30 de outubro do mesmo ano a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). A UPP é um projeto da Secretaria de Estado de Segurança Pública que teve início em novembro de 2008 com a ocupação da favela Santa Marta, em Botafogo. Na ocasião, porém, o Programa ainda não estava institucionalizado, fato que ocorreu somente em janeiro de 2009, através do Decreto 41.650, ainda sem muitas especificações. Apenas em 2011, através do decreto 42.787, o Programa foi definido de forma mais específica.<sup>5</sup>
- 18 A percepção de que o Estado precisava se fazer presente nos territórios<sup>6</sup> “pacificados” não somente através da polícia, mas também por meio de outros bens públicos e infraestrutura foi propagada no contexto de instalação das primeiras UPPs por diversos atores. Assim, em 2010 foi criado na SEASDH o programa UPP Social, com o objetivo principal de oferecer diversos serviços aos moradores de acordo com as necessidades locais. Para isso, cada território contaria com a atuação de uma equipe, formada por um gestor e dois assistentes, conforme ficou estabelecido no processo seletivo para os cargos, realizado em dezembro de 2010. A estratégia principal do programa seria levantar demandas comunitárias através das equipes de gestão, de modo a orientar a oferta de serviços a partir dos dados levantados pelas equipes (Fernandes 2013).
- 19 Em dezembro de 2010, contudo, o então Secretário de Assistência Social e Direitos Humanos, Ricardo Henriques, foi exonerado do cargo, dando lugar a Rodrigo Neves, indicação do Partido dos Trabalhadores (PT). A indicação do secretário da SEASDH pelo PT deve ser entendida como parte da política de aliança estabelecida entre este e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), do governador do Estado Sérgio Cabral. Henriques, por sua vez, foi convidado a presidir o Instituto Pereira Passos (IPP), entidade vinculada à prefeitura do Rio de Janeiro. Na ocasião, parte da equipe elaboradora e executora do projeto UPP Social na SEASDH foi para o IPP. Em janeiro de 2011 foi lançado na Prefeitura o Programa UPP Social Carioca, sob a gerência do IPP.
- 20 Na SEASDH, o novo secretário assumiu o cargo afirmando manter-se comprometido com as agendas sociais nos territórios “pacificados”. Dois gestores que participaram da equipe do Ricardo Henriques continuaram na Secretaria e deram prosseguimento ao trabalho iniciado na gestão anterior. Ao mesmo tempo, a seleção pública destinada a contratar quadros para o programa UPP Social da SEASDH teve continuidade. Como o nome UPP Social manteve-se associado a Ricardo Henriques e sua equipe, foi necessário criar uma nova identidade para o programa que se constituía na Secretaria. Assim, o Projeto Territórios da Paz, parceira da SEASDH com o Ministério da Justiça, parte do PRONASCI,

serviu de inspiração para dar nome ao programa de gestão social em comunidades “pacificadas” (Fernandes 2013).

- 21 A atuação específica do estado no Programa Territórios da Paz deve ser entendida a partir da forma como ele se constituiu. Depois do “vazio institucional” deixado pela saída do programa UPP Social da SEASDH, foi preciso pensar a continuidade das ações sociais nos territórios “pacificados” no âmbito da Secretaria. Essa continuidade deu-se a partir da permanência da atuação de antigos gestores em dois territórios “pacificados”, Providência e Cidade de Deus, que iniciaram os trabalhos de campo em agosto de 2010, e a partir da convocação de novos profissionais aprovados em seleção pública para a então UPP Social.
- 22 Assim, em abril de 2011, a SEASDH ampliou sua atuação para cinco territórios pacificados. Além da Cidade de Deus e Providência, o Programa passou a atuar também no “Complexo do São Carlos”, “Complexo do Borel” e “Complexo do Alemão”. O Programa passou por nova expansão a partir de novembro de 2011 com a chegada de novos gestores e assistentes, que entraram em campo entre janeiro e fevereiro de 2012, quando o Programa passou a estar em 16 territórios “pacificados”.
- 23 Pode-se dizer que foi entre abril e novembro de 2011 que a sistematização do Programa se deu, com definições mais claras sobre seu escopo, linhas de ação, objetivos e metodologia. Foi nesse contexto ainda que o Governo do Estado do Rio de Janeiro decretou a criação do Comitê Executivo de Políticas Sociais nos Territórios Pacificados (CEPS), cujo objetivo era coordenar e integrar as ações dos órgãos estaduais nas favelas com UPPs. Coordenado pela SEASDH, o CEPS teria a participação de doze órgãos estaduais. Com a atuação das novas equipes a partir de janeiro de 2012, o Programa passou por readequações, que foram dirigidas pelo então coordenador do Programa.<sup>7</sup>
- 24 O início da minha atuação no Turano foi em janeiro de 2012. Além de mim, que atuava como gestor social do Programa, a entrada em campo se fez com uma assistente de gestão. Permaneci no Programa até agosto de 2013. No Turano, uma vez iniciado o trabalho de campo, nossa atuação consistiu em inicialmente conhecer os problemas e potencialidades locais. Para isso, buscávamos conversar com todos os sujeitos presentes no território, mas principalmente com moradores. Depois de feita a entrada em campo e levantados alguns dados iniciais, assim como após termos nos tornado conhecidos por algumas pessoas, foram organizados espaços de discussão temáticos (grupos de trabalho), nos quais se aprofundava a discussão sobre determinada questão e se pensava em possíveis encaminhamentos para a temática. Entre os grupos de trabalho de mais durabilidade, e que se reuniram pelo menos até o fim da minha permanência no Programa, tem-se o Grupo de Trabalho Memórias do Turano (GTMT) e o Grupo de Trabalho Cultura e Esporte do Turano. Os GTs eram formados por moradores e atores locais, além de representantes de instituições públicas que atuam no território. O GTMT já se reuniu mais de 40 vezes desde maio de 2012 e produziu, entre outras ações, Mostras Culturais. Também foram criados grupos temáticos sobre juventude, comunicação comunitária e turismo, tendo apenas esse último tido perenidade.

## Entrada e recepção em campo: o processo de classificação do gestor e os seus significados

- 25 É comum entre os pesquisadores das ciências sociais e humanas que fazem trabalho de campo se depararam com dificuldades de inserção no universo social que desejam estudar. Dissertações, teses e livros estão repletos de relatos de experiências desse tipo, assim como textos clássicos das ciências sociais. As dificuldades encontradas pelo pesquisador no momento de sua inserção em campo não são, entretanto, inerentes à entrada de alguém em qualquer grupo estranho, destacou Berreman (1975). Em uma pesquisa realizada em uma pequena aldeia no Himalaia, Berreman mostrou que as dificuldades ou resistências encontradas pelo pesquisador procedem das características sociais do grupo ou da situação vivida durante a pesquisa.
- 26 A preocupação com os procedimentos de pesquisa – no caso aqui tratado, com a entrada em campo para uma atuação profissional e não exatamente para desenvolver atividade de pesquisa – não é dimensão menos importante do trabalho do pesquisador. Esta preocupação poderá prevenir contra o feiticismo dos conceitos e da “teoria”, que surge da propensão em considerar os instrumentos “teóricos” em si mesmos, ao invés de os colocar em prática (Bourdieu 2007). Além disso, embora a entrada em campo seja uma situação enfrentada por todo pesquisador, essa situação é menos discutida na antropologia do que a compreensão em si do grupo que se estuda (Berreman 1975). Por isso a importância em dedicar algumas páginas a essa situação.
- 27 Nesta seção, buscarei inicialmente descrever como eu percebi o meu processo de classificação ou identificação social pelos sujeitos com quem me relacionei em campo, mostrando como essa percepção revelou aspectos da percepção dos moradores sobre o Estado, uma vez que minha entrada em campo se fazia a partir do meu lugar de gestor social de uma Secretaria de Estado, e não como pesquisador. Na sequência, discutirei as estratégias que adotei para superar as dificuldades enfrentadas inicialmente, destacando como o olhar relacional das ciências sociais ajudou-me no decorrer do trabalho de campo.
- 28 A inspiração para pensar sobre os múltiplos significados que os sujeitos estavam conferindo ao Estado a partir da classificação que me era atribuída surgiu a partir do trabalho de Comerford (1999). Durante uma pesquisa de campo com os trabalhadores rurais da região de Santa Maria da Vitória e Coribe, no oeste da Bahia, o antropólogo percebeu os diferentes significados atribuídos ao termo “luta” pelos sujeitos da pesquisa. Comerford identificou que o termo “luta” foi utilizado pelos trabalhadores da região estudada para caracterizar três dimensões: 1) o cotidiano do trabalho dos “pobres”; 2) enfrentamentos concretos e prolongados; 3) disputa na esfera sindical.<sup>8</sup> Com isso, o pesquisador mostrou como um mesmo termo é ressemantizado conforme diferentes situações são vividas e interpretadas e diversas práticas são postas em ação, estabelecendo diferentes conjuntos de relações.<sup>9</sup> No meu caso, a identificação atribuída pelos sujeitos com os quais me relacionava em campo variava conforme o lugar social dessas pessoas.
- 29 Estar atento às diferentes nuances e significados dos termos empregados pelos sujeitos de pesquisa é tarefa do pesquisador que se “aventura” no trabalho de campo. No meu caso, compreender como os sujeitos viam o Estado, percepção que pude apreender através da classificação que eles faziam de mim, pareceu-me importante para saber como orientar

minha atuação em campo de forma a estabelecer um diálogo cordial e profícuo com os moradores, condição para a execução qualificada do meu trabalho.

- 30 O primeiro contato em campo se deu com os **presidentes das associações de moradores**, identificados pela metodologia do Programa Territórios da Paz naquele momento como os interlocutores principais para o diálogo inicial. A conversa tinha como primeira meta apresentar o Programa e a equipe que atuaria no território. Na sequência, o diálogo com esses atores tinha o objetivo dar início ao levantamento de dados para compreender a situação social daquele local, identificando os problemas mais urgentes e potencialidades locais que orientariam o desenvolvimento do trabalho.
- 31 A equipe foi bem recebida por esses atores, que se mostraram disponíveis para o diálogo, relatando sobre o que lhes foi perguntado. Parecia haver entre os presidentes de associações de moradores um claro entendimento sobre a nossa atuação e, aparentemente, uma expectativa de que nossa chegada pudesse significar a conquista de benefícios para os moradores. Pode-se dizer, em linhas gerais, que, para estes sujeitos, **fomos reconhecidos como um ator estatal com quem era necessário dialogar para tratar dos problemas com a intenção de se conquistar melhorias para o local.**
- 32 Os presidentes de associações de moradores mostraram habilidade e tranquilidade no diálogo com um representante do Estado, prática com a qual já estão habituados. Eles têm uma longa trajetória de atuação política e são comumente procurados para esse tipo de diálogo. No Turano, há seis associações de moradores e quatro presidentes, pois dois deles acumulam o cargo de presidência em duas delas. Pelo menos dois são filiados a partidos políticos, tendo um concorrido nas últimas eleições municipais ao cargo de vereador. Os outros dois, embora não falem abertamente sobre suas filiações políticas, apoiaram nas eleições municipais de 2012 candidatos a vereadores. Além disso, os quatro presidentes de associações de moradores revelaram ter um histórico de atuação com trabalho comunitário e/ou em outras instituições políticas, como partidos e associações civis.
- 33 Essa discussão me remete à noção de *habitus*, entendido como sistema de predisposições socialmente construídas que orientam o pensar e o agir. *Habitus* pode ser “[...] entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funcionam como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações” (BOURDIEU, 1983, p. 65). Antes de Bourdieu, Elias já havia discutido o conceito de *habitus*, compreendido como saber social incorporado ou estrutura da personalidade social do indivíduo. Como explicou um dos comentaristas de Elias, *habitus* é uma “marca social” sobre a personalidade, um produto das diferentes configurações no interior das quais o indivíduo age (Corcuff 2001).
- 34 Não é objetivo aqui discutir detalhadamente cada aspecto da noção de *habitus* para cada um dos autores citados, mas destacar alguns elementos do termo, como a ideia do saber que é incorporado pelo indivíduo por experiências passadas e que orientam sua prática, para refletir sobre a situação apresentada. No caso em questão, havia entre os presidentes um histórico de atuação no trabalho político que provavelmente contribuiu para o desenvolvimento da sua habilidade de se relacionar politicamente. O *habitus* do político, explicou Bourdieu, manifesta-se fundamentalmente pelo senso prático, isto é, a aptidão de mover-se, de agir e orientar-se, conforme a posição que ocupa no espaço social e de acordo com as lógicas do campo político e da situação na qual se encontra, sem necessidade de recorrer à reflexão consciente, pois desenvolveu habilidade para tal prática. Isso provavelmente ajuda a entender por que o relacionamento com um agente público do Estado não aparentou novidade ou dificuldade para esse grupo.

- 35 No decorrer do trabalho, relacionamo-nos com outros atores, que nos receberam e nos identificaram de forma diferente dos presidentes de associações de moradores. Refiro-me a um grupo de moradores que podem ser considerados **lideranças**, por serem reconhecidas como referências comunitárias pelos moradores, porque são responsáveis por articular e convocar outras pessoas (ou seja, são agregadores) e porque desenvolvem ou já desenvolveram trabalhos comunitários, mas **não possuem um cargo institucionalizado de representante comunitário**, como é o caso dos presidentes de associações de moradores.
- 36 Esses atores nos receberam, em sua maioria, com relativa desconfiança, questionando qual era nosso propósito e se tínhamos vinculação com a UPP. Em geral, recordavam de um histórico de atores externos que chegavam à favela, seja do Estado ou da sociedade civil organizada, para desenvolver projetos sociais, mas que em alguns casos não respeitavam os desejos dos moradores, as particularidades locais nem tiveram durabilidade. Com a aproximação e estreitamento dos laços com esses sujeitos, a desconfiança inicial diluiu-se. Em suma, **pode-se dizer que de uma reatividade inicial, passamos a ser reconhecidos por esses atores como interlocutores e parceiros de trabalho em campo**. Diversas ações desenvolvidas em conjunto com esses sujeitos são indicativas do estreitamento dessa parceria. Esses foram os atores de quem mais me aproximei no trabalho de campo no tempo subsequente, pois foram eles quem mais se colocaram à disposição e mostraram interesse para atuar em colaboração conosco (e a participação de moradores era condição necessária para a execução do trabalho). Talvez a experiência e militância dessas pessoas seja um elemento que ajude a entender a predisposição delas para o trabalho em questão, ou mesmo a participação desses atores em projetos e ações sociais em momentos pretéritos. Contudo, diferente dos presidentes de associações de moradores, que também possuem experiência e militância, eles pareciam mais disponíveis a atuar conosco. Os presidentes das associações geralmente estavam ocupados com os problemas comunitários e agendas externas demandadas pelos seus cargos, atividades nas quais as lideranças não costumavam participar.
- 37 Um terceiro sujeito que fez uma classificação de quem éramos em campo foram os jovens. Aos **jovens**, refiro-me a um grupo limitado, com idade em torno dos vinte anos, geralmente com escolaridade mínima de ensino médio completo, alguns na universidade, que em sua grande maioria participavam de algum tipo de projeto social comunitário ou na universidade, dando os primeiros passos na sociabilização política. Para esses jovens, participar dos espaços de discussão com nossa equipe significava, sobretudo, a busca do **embate e negação da necessidade do Estado, presente através do Programa naquele território**. O Estado era visto por eles como sujeito violador de direitos, responsável pelas “duras” (abordagens não humanizadas dos policiais) sofridas pelos jovens (e não só por eles) nas vielas do morro, pela falta de opções de lazer e cultura, exclusão social entre outras carências.
- 38 Vale destacar que a imagem de desconfiança, rejeição e descrença em relação ao Estado apresentada por um grupo de moradores, embora se refira a um universo social circunscrito, oferece elementos para pensar sobre como a atuação de agentes do Estado tem sido vista por parte dos moradores de favelas ditas “pacificadas” no estado do Rio de Janeiro.
- 39 Há ainda uma quarta classificação recebida em campo, essa mais fluida e difícil de captar e compreender, porque o vínculo com esse grupo foi menos duradouro. Trata-se da compreensão de um grupo de **moradores**, de diferentes faixas etárias (de jovens à

terceira idade), que não tinham aparentemente nenhum caráter de liderança ou envolvimento em atividades comunitárias, mas que por algum motivo participou de uma ou mais reuniões ou espaços de discussões sobre ações desenvolvidas pela equipe de gestão. Esses atores, quando se relacionavam conosco, mostravam-se receptivos e ao mesmo tempo não totalmente à vontade para a conversa num primeiro momento, provavelmente por falta de vivência nessa experiência. Geralmente esses moradores mostravam-se receptivos para qualquer ação que pudesse ser feita, uma vez que consideravam que nada acontecia em seus locais de moradia. A “ausência de serviços”, portanto, servia de justificativa para aceitar qualquer iniciativa, pois entendiam que qualquer ação traria benefícios para o local.

- 40 A concepção de falta de assistência do Estado em seus locais de moradia vinculada a uma noção de que qualquer benefício conquistado seria um ganho parece revelar uma noção **de descrédito e falta de esperanças** de que o Estado seria capaz de atender suas maiores necessidades. Por isso, a chegada de qualquer ação seria vista como um benefício. Esses atores, entretanto, em geral, não mostravam engajamento para permanecerem participando dos espaços de discussão das ações a serem desenvolvidas. Isso porque talvez não tivessem interesse ou porque a dinâmica da discussão e da condução do diálogo não foi adequada para atender as suas necessidades. Ou ainda porque a demora na visualização de resultados os tenha desestimulado a seguir participando. Muitas das reuniões realizadas eram longas, com discussões específicas, algumas vezes sem resultados concretos imediatos, feitas em sua maioria no período noturno, horário escolhido pelos moradores.
- 41 Por fim, vale citar ainda a forma como eu me apresentava em campo, como gestor social do Programa Territórios da Paz da SEASDH. Em geral, falava brevemente sobre os objetivos do Programa e descrevia como se dava a atuação na prática. Busquei sempre ressaltar o meu interesse no trabalho, disponibilidade e frisar a necessidade de conversar com o maior número de pessoas possível para desenvolver as ações do Programa. Digo isso para deixar claro que a relação estabelecida entre mim e os moradores foi informada pelo lugar que eu ocupava: gestor social do Estado. Provavelmente as relações seriam diferentes se minha atuação em campo se desse a partir de uma inserção como pesquisador ou ainda um outro papel social qualquer.
- 42 Se eu apresento essa diferenciação na forma como fui classificado no momento de inserção em campo não é apenas para falar sobre os desafios vividos nessa experiência e discutir a forma como lidei com eles, discussão subsequente desse trabalho. Essa identificação que me foi atribuída parece revelar alguns aspectos de como o Estado é visto por esse conjunto de moradores e como essa visão varia conforme o lugar social de cada um deles e de acordo com a relação que eles estabelecem com um agente público do Estado. Esse lugar social tem relação não apenas com a posição social que essas pessoas ocupam na favela (presidente de associação de moradores, liderança comunitária, jovem ou, simplesmente, morador),<sup>10</sup> mas também com suas experiências de vida, sobretudo no que se refere à sociabilização política, no caso analisado aqui.
- 43 Deve-se destacar que esses diferentes discursos apresentados fazem parte do mesmo contexto. Não são, portanto, dados estanques, mas são constitutivos de um mesmo universo social. O que esses discursos revelam são padrões de classificação de acordo com o lugar social do sujeito e a relação estabelecida em campo entre moradores e agente público do Estado.

## O histórico das relações entre moradores e agentes externos na favela

- 44 Mas por que um grupo de moradores foi inicialmente reativo a minha presença naquele local, conforme descrevi acima? Neste tópico, apresentarei algumas explicações para tentar entender o contexto em que se desenvolveu minha inserção em campo e que ajudam a explicar em parte a classificação que me foi atribuída durante o trabalho de campo, assim como compreender como os moradores elaboraram sua compreensão sobre o Estado. Berreman (1975), em trabalho feito numa aldeia no Himalaia, já citado aqui, ao falar sobre a dificuldade encontrada no momento de sua inserção em campo, explicou que a desconfiança ou receio que os aldeões mostravam em relação aos estranhos eram explicadas pela história das suas relações com funcionários do governo, cobradores de impostos, comerciantes, advogados, ladrões e as castas da planície. Portanto, as dificuldades encontradas faziam parte da realidade que se desejava conhecer. Situação semelhante parece ter sido vivida por mim.
- 45 As dificuldades que encontrei parecem ter a ver com o histórico de atuação de agentes externos (do Estado ou de organizações da sociedade civil) naquele local. Vários dos moradores com quem me relacionei consideravam negativa a chegada de agentes externos porque as intervenções que eles produziram no passado, em geral, não se faziam com o diálogo prévio com os atores locais, ouvindo seus desejos e pontos de vista. Algumas das obras de intervenção urbana feitas no Turano são exemplos dessa situação. Pelo que me foi relatado, diversas obras foram realizadas sem o aval dos moradores, interferindo e promovendo mudanças significativas nas suas vizinhanças, provocando muitas vezes alteração no modo como os moradores se relacionavam com o espaço. Um exemplo disso foram as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), realizadas no Turano entre 2009 e 2011, conforme explicaram os moradores. Para a população local, esta obra provocou a destruição de áreas de lazer e de sociabilidade de moradores, limitando a área de convívio onde historicamente o grupo se reunia.
- 46 Ainda sobre a falta de diálogo de agentes externos com moradores, estes criticam também substancialmente a falta de consulta prévia de projetos sociais que são feitos “de fora para dentro”, ou seja, planejados por pessoas ou entidades externas à favela, onde são executados. Nesse caso, cabe ao morador ser apenas o beneficiário de uma ação formulada previamente para ele, que nem sempre atende a sua necessidade ou o considera parte do projeto a ponto de se sentir motivado a participar.
- 47 A descontinuidade das ações e projetos desenvolvidos na favela é também elemento central na elaboração da crítica dos moradores às iniciativas de agentes externos. Nesse contexto, a crítica não parecia a princípio se diferenciar de acordo com o papel do agente externo que chegava ao local. Todos eram percebidos da mesma maneira.
- 48 A imagem negativa do Estado tinha relação ainda com a atuação da UPP, muito criticada por esse grupo de moradores com quem interagi. A proibição em diversas situações de eventos culturais (baile funk, pagode, forró, eventos religiosos) e o tratamento não humanizado (as chamadas “duras”) nos moradores pelos policiais ajudou a construir uma imagem negativa da UPP e acirrar as tensões entre a polícia e moradores.<sup>11</sup>
- 49 Além disso, a concepção de que a favela do Turano era desassistida em relação a outras que tiveram implantação de UPP é recorrente e provoca a insatisfação de grande parte

das pessoas com quem atuei. Os moradores disseram que as promessas feitas após a instalação da UPP de mudanças na qualidade de vida do local por meio de obras e projetos não se cumpriram. Vale mencionar que a ideia de que as favelas da chamada Grande Tijuca estão mais desassistidas do que as demais em termos de serviços públicos e projetos é difundida também por grupos do Estado. O próprio governador do Estado se referiu à área da Grande Tijuca como a mais desassistida entre as favelas “pacificadas”. Essa situação ocorreu por ocasião de um encontro entre presidentes de associações de moradores de favelas da Grande Tijuca e Centro com o governador e representantes do Estado e Prefeitura em agosto de 2013.

- 50 Tudo isso contribuiu para a construção de uma imagem negativa do poder público, gerando o descrédito do Estado entre os moradores, que passam a discursivamente negar a importância desse ator. Esse histórico ajuda a explicar a reatividade dos moradores a minha presença em um primeiro momento, pois eu era identificado com os agentes externos que haviam atuado no Turano no passado. Seus sentimentos negativos, estereótipos, estigmas e ideias com os quais identificavam esses sujeitos do passado serviram de orientação inicial para me classificar.
- 51 O problema colocado era, portanto, como superar a visão negativa do grupo. Isso porque para o desenvolvimento do trabalho era necessário contar com a participação das pessoas, uma vez que a proposta do Programa era construir o diálogo entre o Estado e a comunidade. Sem a participação, o trabalho não teria prosseguimento ou estaria destinado ao insucesso.

## A busca do rompimento da identificação inicial

- 52 Zaluar (1975) explica que objetivo prático e luta constante do pesquisador em campo é conquistar sua participação nas atividades do grupo estudado. O pesquisador precisa pensar em estratégias e táticas para conseguir a sua participação (ou presença) no grupo. A mesma autora, em referência ao trabalho de Berreman, esclarece que o pesquisador deve manter um comportamento incoerente com as identidades sociais que lhe foram atribuídas para que o grupo possa identificá-lo de outra forma. Foi o que tentei fazer em campo. Para isso, em primeiro lugar, passei a explicar como havia se dado a minha chegada à Secretaria e qual era a minha trajetória.
- 53 Explicar que passei em uma seleção pública e que não possuía vínculos político-partidários com nenhum grupo parece ter causado uma boa impressão inicial. Também fui geralmente indagado sobre minha trajetória profissional e de vida. Interessava às pessoas saber o que eu estudava e onde eu havia trabalhado, além de onde eu morava. Nesse caso, respondi-lhes o que me era perguntado. Expliquei ser formado em História e Ciências Sociais, com mestrado nesta última, recém-concluído na época. Antes de trabalhar ali, havia atuado como consultor em uma organização sindical de trabalhadores rurais. Contava que atualmente morava em um bairro da zonal sul do Rio de Janeiro, mas a maior parte da minha vida residi em um município da Baixada Fluminense, região metropolitana do Rio de Janeiro. De alguma forma, saber que eu era alguém com origem em bairros populares parece ter criado uma maior empatia. Talvez, mais do que isso, conhecer-me fez com que eu me tornasse alguém mais familiar para eles e talvez por isso alguém em que eles tenham percebido que poderiam começar a confiar.

- 54 Na sequência, minha estratégia era apresentar em que consistia o trabalho. Em linhas gerais, explicava que o objetivo do programa era buscar o diálogo entre favela e Estado e colaborar com a articulação de redes locais, assim como destas com instituições externas e internas. Sempre busquei mostrar para os moradores que era parte fundamental do trabalho o diálogo com eles para que pudéssemos discutir sobre quais eram os principais problemas e potencialidades locais, de modo a pensar em estratégias e ações para desenvolver o trabalho, na busca pela resolução do problema ou no desenvolvimento de uma ação. Deve-se destacar que a favela nunca foi vista apenas como lugar de problema ou carência, mas de potencialidade, e o meu papel era buscar apoiar os moradores no desenvolvimento dessas potencialidades ou na busca de soluções de problemas. Sempre busquei deixar claro que isso tudo só seria feito se de forma compartilhada entre mim e eles, seguindo os princípios do Programa em que eu atuava.
- 55 Expor os limites do trabalho com sinceridade, acredito, também ajudou no estreitamento das relações com esses atores. Conhecer os limites e possibilidades do trabalho foi importante para equacionar a expectativa dos interlocutores. Em nenhum momento foi prometido que algo poderia ser feito ou resolvido, uma vez que a orientação do Programa não era fazer para eles, mas com eles. Isso significava que o possível sucesso de uma ação estava vinculado ao comprometimento e engajamento desses atores em torno de uma pauta. Deve-se destacar também que nem sempre houve um apoio institucional da SEASDH para as agendas elencadas pelos moradores na favela como prioritárias. Não quero com isso dizer que em algum momento houve orientação para que determinado problema não fosse tratado, o que não aconteceu. Todavia, a falta de estrutura e apoio institucional da Secretaria foi determinante para que certas ações não pudessem ser levadas adiante. Cito um exemplo: Desde o início da minha atuação a falta de abastecimento regular de água era um problema central levantado pelos moradores. Relatórios foram produzidos sobre o caso e reuniões com funcionários da concessionária de água foram promovidas sem conseguirmos avançar na solução do caso. A promessa de que esse problema seria resolvido poderia ter criado expectativa nos moradores, que se sentiriam frustrados com isso. De toda forma, o produto do meu trabalho, o relatório elaborado junto com os moradores sobre o problema, está em posse de representantes desses moradores. Ainda que a falta d'água não tenha sido um problema solucionado, e os motivos para isso não cabem nessa discussão, os moradores puderam ver algum resultado do trabalho materializado através do relatório.
- 56 Também há elementos subjetivos, de empatia, por exemplo, que não podem ser ignorados, que também mereceriam ser considerados, mas que não é possível desenvolver na abrangência desse trabalho. Assim como merece ser levado em conta o fato de eu ser um jovem do sexo masculino atuando com uma assistente do sexo feminino. No período em que fui gestor no Turano tive como parceiras de trabalho três diferentes mulheres: uma jovem estudante de Geografia, com o mestrado recém-concluído; uma mulher de meia idade, formada em assistência social e com experiência anterior em trabalhos assistenciais; e uma terceira mulher também de meia idade, publicitária, engajada na luta do cicloativismo e que por causa disso circulava pela favela com a sua bicicleta. Esses elementos, embora não explorados aqui, fornecem ao leitor um retrato dos atores que atuaram naquele local e pode ajudar na compreensão das dinâmicas de interação que se estabeleceram naquele local.
- 57 Por fim, mas não menos importante, a habilidade para o diálogo e escuta foram importantes elementos para se ganhar a confiança dos moradores. Considerando que o

trabalho precisava ser desenvolvido com participação popular, ouvir e dialogar com os moradores, geralmente na busca de consensos, era fundamental para um possível sucesso do trabalho. A habilidade para o diálogo e a escuta são atributos que os cientistas sociais aprendem a desenvolver em sua formação.<sup>12</sup> Nesse ponto está a vinculação que esse trabalho propõe, de uma perspectiva relacional para o trabalho de campo, abordagem teórica apresentada no início do artigo. Isso porque o diálogo e a escuta quando orientados por uma perspectiva relacional podem ser mais qualificados e colaborar para uma melhor compreensão da complexidade do universo social pesquisado (no meu caso, tratava-se de um universo social em que atuava profissionalmente, com as ferramentas das ciências sociais). Para os cientistas sociais que se dedicam a viver experiências de trabalhos de campo em interação com atores sociais, saber ouvir, registrar e entender as narrativas dos atores é fundamental. E perceber que essas narrativas se constroem relacionalmente a partir da interação entre os sujeitos em diálogo, considerando o histórico social e trajetória de vida de cada um, a classificação mútua feita no processo de interação e o contexto social é fundamental para que se estabeleça uma relação profícua no campo, de modo que o pesquisador consiga estabelecer sua participação (ou presença) no grupo estudado, conforme orientou Zaluar (1975), já citada anteriormente.

## Indícios da superação da identificação inicial

- 58 Depois de um tempo de atuação em campo, aparentemente algumas pessoas deixaram de nos ver como sendo agentes do Estado. Isso porque eles tinham uma identificação negativa daqueles que atuaram em nome do Estado no passado e como eles criaram empatia pela gente e confiança no nosso trabalho, passaram a não nos identificar necessariamente mais como um funcionário do Estado típico, de acordo com a imagem construída previamente por eles.
- 59 O que fez surgir essa empatia e confiança foi uma atuação pautada no diálogo, buscando sempre a horizontalidade<sup>13</sup> nas relações que se estabeleciam, respeitando as particularidades e agindo conforme os desejos do grupo. Buscar horizontalidade nas relações significava respeitar a opinião dos outros, ouvi-las, criar espaço e clima adequado para que todos pudessem se expressar, se esse fosse o desejo. Aparentemente, essa atuação difere do histórico de atuação que eles identificavam como sendo a prática do Estado e talvez tenha havido essa desvinculação da minha atuação como sendo do Estado. Não quero com isso negar que existam práticas do Estado que buscam o diálogo horizontal, respeitando os desejos e aspirações do público com o qual se trabalha. Falo de uma experiência circunscrita espacial e temporalmente, com um grupo específico de pessoas. Isso não significa, porém, que esse caso não traga padrões e elementos sobre os quais se pode aferir tendências gerais da relação entre Estado e sociedade civil.
- 60 Um episódio é ilustrativo da situação a que me refiro, da desvinculação da minha atuação como sendo a de um agente do Estado. Havia passado cerca de sete meses que tínhamos dado início ao trabalho de campo. Estávamos em uma reunião de organização de um evento cultural. A preparação de tudo tinha os moradores e atores locais como protagonistas, estando a SEASDH (através da minha atuação e da assistente de gestão) e outros entes públicos (Programa UPP Social e Projeto Bairro Educador, ambos da Prefeitura) como parceiros e apoiadores. Na ocasião, conversávamos sobre os logotipos que estariam no cartaz do evento. Um grupo de moradores, parte do grupo de jovens a que me referi antes, foi inicialmente reativo à inclusão dos logos dos parceiros estatais no

cartaz do evento. Eu, entretanto, ponderei sobre a necessidade de ter no cartaz o logo do Programa para o qual eu trabalhava, explicando que isso era uma prerrogativa do meu trabalho na Secretaria. O episódio culminou numa ampla e interessante discussão sobre o Estado. Moradores, parceiros locais e representantes de instituições públicas debatiam sobre as diversas faces do Estado ou, talvez seja melhor dizer, sua heterogeneidade. O debate girou em torno da ideia de que as instituições do Estado, com foco naquelas presentes na favela, são entidades diversas, com princípios e objetivos específicos. Os exemplos cruciais que demonstravam isso eram a SEASDH, as escolas municipais e estaduais e a polícia, através da UPP. Todas são entidades vinculadas ao Estado, mas que prestam serviços e possuem posturas diferentes no relacionamento com os moradores da favela.

- 61 Depois de um longo debate, o grupo de jovens presentes na reunião, mostrou compreender a situação, embora um episódio posterior tenha deixado dúvidas sobre isso (falarei disso a seguir), e cederam. Contudo, o grupo decidiu não incluir o logo do Programa UPP Social, pela referência explícita no nome do Programa à política de segurança das UPPs, a qual os moradores participantes da reunião não se encontravam satisfeitos. Além disso, o grupo avaliou que diante da impopularidade das UPPs no Turano, vincular um evento comunitário a essa sigla poderia provocar o esvaziamento da atividade, uma vez que a avaliação das pessoas presentes no encontro era de que grande parte dos moradores não gostavam de participar de ações que tenham alguma vinculação com a UPP. Por outro lado, os moradores reconheciam o trabalho feito pela gestora e o assistente do Programa UPP Social. Eles explicaram também a necessidade de ter o seu trabalho identificado no cartaz do evento para que pudessem seguir apoiando a atividade. Em suma, estava em jogo elementos morais – da vinculação que havia se criado com a agente da Prefeitura –, mas também motivações materiais, afinal a UPP Social daria apoio ao evento, com a compra de produtos, impressão de cartazes e divulgação na mídia, além, é claro, da mão de obra dos seus funcionários. Depois de mais um longo debate, o grupo encontrou uma saída conciliatória: aceitou inserir o logo do IPP, órgão no qual era sediado o Programa UPP Social, garantindo a participação institucional do Programa, mas sem colocar a identificação do nome que tem a marca UPP.
- 62 No fim da reunião, enquanto todos ainda conversavam informalmente, fui abordado por um dos jovens reativos à inclusão do logo de qualquer entidade pública no cartaz. Ele me explicou que não se importaria se incluísse meu nome no cartaz, indicando reconhecer meu trabalho, independente da instituição na qual eu trabalhava. Ele me explicou que seu problema não era pessoal, mas com o Estado. Esse episódio mostrou que a descrença em relação ao Estado que encontrei no início do trabalho de campo ainda persistia. A situação revelou também elementos de uma possível desvinculação da minha atuação como agente do Estado. Não havia da minha parte nenhuma tentativa de esconder ou minimizar a instituição em que eu trabalhava. Inclusive, o tom do debate nesse dia girou em torno da necessidade de não homogeneizar a compreensão sobre o que é o Estado, pois essa mesma instituição era responsável por entidades diversas que atuavam de formas distintas, como as escolas, a polícia, creches, universidades, e a secretaria para a qual eu trabalhava, entre outros. Narro esse episódio para ilustrar a desvinculação que houve, em alguns momentos, para um grupo (ou talvez seja mais preciso dizer para algumas pessoas), da minha atuação como gestor social da SEASDH.
- 63 Talvez uma das contribuições (simbólicas) do Programa (ou pelo menos no caso em questão) tenha sido relativizar a visão do Estado para um grupo de pessoas. O

reconhecimento do Estado, ou pelo menos de setores dessa entidade, por algumas pessoas como um agente passível de dialogar, de se relacionar para ouvir os anseios comunitários, e por sua vez um parceiro na busca por soluções para os problemas ou desejos levantados, pode vir a ser um ganho para esse grupo, se considerarmos que a interação desses atores (Estado e moradores) é importante e necessária para a elaboração e gestão de políticas públicas, na perspectiva do fortalecimento de uma democracia participativa. Esse debate, porém, deve vir acompanhado de uma discussão mais profunda sobre a estrutura do Estado em uma sociedade capitalista. O desafio de levar adiante tal discussão é grande e permanece em aberto.

- 64 A continuidade da participação desses jovens nas reuniões, espaços nos quais eles conseguiram expressar sua indignação em relação ao Estado, parece ter sido importante para a adesão deles nas quais éramos parceiros e apoiadores. Com o tempo, o diálogo com esses jovens ficou ameno, embora não menos contestador. Contudo, alguns desses jovens começaram a diferenciar nossa presença da de outros atores estatais ou a não vincular nossa atuação como sendo a de um agente do Estado, como mostrou o episódio citado anteriormente.
- 65 Outra situação que parece indicar que os moradores passaram a nos reconhecer (a mim e a assistente de gestão) como atores de confiança foi quando começaram a nos relatar situações e contar episódios não tratados antes, referentes a situações de violações de direitos e atividades criminosas que ocorriam no passado ou que ainda se passavam. Esse tipo de assunto era silenciado inicialmente, provavelmente porque para ser abordado requeria confiança no interlocutor, que só foi obtida com o decorrer da atuação em campo.

## Considerações finais

- 66 Procurei nesse trabalho apresentar algumas experiências e desafios vividos no desenvolvimento de um trabalho de campo durante um pouco mais de um ano e meio como gestor social de uma secretaria de Estado numa favela do Rio de Janeiro. Para essa experiência, a abordagem relacional pautada em autores como Elias e Bourdieu foi fundamental para o desenvolvimento da relação em campo, assim como para entender as situações vividas, com destaque para as classificações que me foram atribuídas e os seus significados.
- 67 Os efeitos da minha atuação (e por sua vez do Programa Territórios da Paz ou mesmo de outros programas sociais em territórios pacificados) são questões em aberto, a serem investigadas. Não foi objetivo tratar isso aqui. Meu objetivo foi apresentar uma experiência, destacando a perspectiva que orientou meu trabalho, e refletindo sobre essa situação vivida à luz do debate antropológico e sociológico sobre trabalho de campo.
- 68 As situações vividas em campo revelaram, entre outros aspectos que, mais do que uma noção abstrata sobre o Estado, os moradores elaboraram no momento em que se relacionavam comigo uma compreensão sobre o meu papel, partindo dos dados que eu lhes oferecia no momento em que me apresentava e a partir da experiência que tinham em situações semelhantes no passado. Essa identificação, mais do que uma leitura sobre uma pessoa, revelou percepções de moradores sobre o Estado e sobre atores externos que, por diversas razões, desenvolvem trabalhos de campo em favela. Ainda que se trate de uma situação circunscrita, o caso contribui com elementos para reflexão sobre o encontro

entre atores em uma experiência de trabalho de campo, que pode ser do pesquisador com o sujeito de pesquisa, do agente de Estado com o morador ou ainda de outros tipos.

---

## BIBLIOGRAPHY

- BERREMAN, Gerald, 1990 [1975], "Etnografia e controle de impressões em uma aldeia no Himalaia", em ZALUAR, Alba (org.), *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 123-174.
- BOURDIEU, Pierre, 1983, "Esboço de uma teoria da prática", em ORTIZ, Renato (org.) *Pierre Bourdieu*. São Paulo, Editora Ática, 46-81.
- BOURDIEU, Pierre, 2007 [1989], *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- BURGOS, Marcelo, et al., 2012, "O efeito UPP na percepção dos moradores das favelas", *Desigualdade & Diversidade (PUC-RJ)*, v. 11, p. 49-97.
- CANO, Ignácio, e Doriam BORGES (org.), 2012, *Os Donos do Morro: uma análise exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro*. São Paulo, Fundo Brasileiro de Segurança Pública.
- COMERFORD, John, 1999, *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política.
- CORCUFF, Philippe, 2001, *As novas sociologias: construções da realidade social*. Bauru, SP, EDUSC.
- ELIAS, Norbert, 2008, *Introdução à Sociologia*. Lisboa, Edições 70.
- ELIAS, Norbert e Eric DUNNING, 1985, *A busca da Exitação*. Lisboa, Difel.
- FERNANDES, Raquel Brum, 2013, "Cabeça vazia é oficina do diabo". *Uma análise sobre o lugar da juventude no processo de "pacificação" do Complexo do Andaraí e Grajaú*. Projeto de tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- GOMES, Aluan Carlos, 2012, *Daqui do morro eu não saio, não! Resistência e experiências de classe dos trabalhadores favelados cariocas (1940-1950)*. Monografia de final de curso (Bacharelado em História), Universidade Federal Fluminense.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio, 2010, *Afinal, qual é a das UPPs?* [online]. Disponível em: <[http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/artigo\\_machado\\_UPPs.pdf](http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/artigo_machado_UPPs.pdf)> (acesso em 17-07.2014).
- MISSE, Daniel, 2013, "Os Programas de gestão social em territórios pacificados", *Confluências - Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, vol. 15, nº 1, 11-22.
- ZALUAR, Alba, 2013, *Etos guerreiro, etos da masculinidade e criminalidade violenta* (no prelo).
- ZALUAR, Alba, 1990 [1975], "Introdução", em ZALUAR, Alba (org.), *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 9-35.

## NOTES

1. Para saber mais sobre o conflito fundiário e a luta em torno da formação do Morro da Liberdade, local inicial de ocupação do que hoje se conhece como “Complexo do Turano”, ver Gomes (2012).
2. A divisão do “complexo” em sete comunidades apresentada está em conformidade com a visão dos órgãos públicos, como o Instituto Pereira Passos (IPP). Se considerarmos como os moradores reconhecem o território, esse número é maior. Além das sete áreas apresentadas, os moradores consideram parte do “Complexo” localidades como a Macua, Chapa e Pedacinho do Céu. Os dados apresentados pela Secretaria de Segurança incorporam também as localidades Paula Ramos, Parque Reboças, Santa Alexandrina e Acomodado como parte da área de atuação da UPP Turano. Todavia, essas áreas não estão fisicamente ligadas ao “Complexo do Turano” nem parecem possuir um histórico que una as áreas em torno de uma identidade compartilhada.
3. Fonte: Instituto Pereira Passos, com base em IBGE, Censo Demográfico (2010). Disponível em: <<http://www.uppsocial.org/territorios/turano/>>. Acesso em: 23 jul. 2012.
4. Através desse Programa, equipes multiprofissionais alocadas em unidades básicas de saúde são responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de famílias, localizadas em uma área geográfica delimitada.
5. Não é objetivo do trabalho discorrer sobre o Programa UPP. Para mais informações ver, entre outros: Burgos; Pereira; Cavalcanti; Brum (2012), Cano; Borges (2012) e Machado da Silva (2010).
6. O termo “território” é utilizado aqui como a área de abrangência da atuação de uma equipe do Programa Territórios da Paz que, na maioria das vezes, engloba a área de atuação de uma UPP. Há casos de equipes que atuam em espaços com mais de uma UPP.
7. Para saber mais sobre o Programa Territórios da Paz e seu histórico de constituição, ver Fernandes (2013) e Misse (2013).
8. Para entender melhor a polissemia do termo *luta*, ver Comerford (1999), capítulo 1.
9. O autor adverte, entretanto, que esses diferentes discursos e contextos não são separados e estanques, mas fazem parte de um mesmo universo social complexo.
10. A identificação dos atores feita por mim não dá conta da complexidade dos papéis dos sujeitos no universo analisado. A classificação que apresentei busca ressaltar o papel a partir do qual os sujeitos se apresentavam e daí se relacionavam comigo. Obviamente, os presidentes de associações de moradores também são moradores, assim como as lideranças e os jovens.
11. O histórico de atuação da polícia na favela não teve início com a UPP. Ela é anterior e também responsável pela visão, muitas vezes negativa, que os moradores têm dessa instituição.
12. É claro que essa não é uma habilidade exclusiva dos cientistas sociais. Contudo, o que chamo a atenção aqui é para o fato da abordagem desse campo disciplinar ter me ajudado a desenvolver uma perspectiva importante para evoluir o trabalho de campo nessa atividade profissional. E isso não é mero detalhe, uma vez há (e houve) no Programa profissionais com perfis de diferentes disciplinas da área de ciências sociais e humanas: serviço social, direito, psicologia, economia, administração, pedagogia, geografia e história, além de cientistas sociais. Essa variedade de perfis significou diferentes abordagens e formas de enfrentar os desafios cotidianos do trabalho de campo. Pela minha formação, reitero, busquei nas ciências sociais suporte que me ajudasse a lidar com os desafios, impasses e problemáticas vividas em campo.
13. Não há como ignorar haver diferenças de poder nessa relação. Há assimetrias de poder nas relações sociais. Se abordo essa temática é apenas para destacar que estou atento a ela e que a busca pela horizontalidade no diálogo sempre foi um objetivo a ser alcançado no cotidiano da atuação, embora se saiba que diversos motivos podem ser empecilhos para que isso se concretize, se é que pode vir a se concretizar.

---

## ABSTRACTS

Este artigo apresenta e analisa alguns desafios vividos durante um trabalho de campo na favela do Turano, localizada no Rio de Janeiro, durante o período no qual fui gestor social do Programa Territórios da Paz, da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro. Trata-se de refletir sobre essa experiência à luz do debate antropológico e sociológico sobre trabalho de campo. Mais especificamente, tratarei de uma questão pela qual passam todos aqueles que fazem trabalho de campo: a classificação social do pesquisador pelos sujeitos de pesquisa. O artigo destaca a importância de uma perspectiva relacional em campo para melhor compreender as relações estabelecidas no cotidiano.

This paper presents and analyzes some challenges experienced during a fieldwork at the Turano slum, located in Rio de Janeiro, during the period in which I worked as social manager of the programme "Territories of Peace" created by the Secretariat of Social Assistance and Human Rights of the State of Rio de Janeiro. This paper discuss the experience through anthropological and sociological debate regarding fieldwork research. More specifically, I will discuss a common topic to all fieldworkers: the social classification of the researcher by the subjects of the research itself. The article highlights the importance of a relational perspective in the field in order to create a better understanding of the relationship established at daily basis.

## INDEX

**Palavras-chave:** trabalho de campo, favela, sociologias relacionais, Estado

**Keywords:** Fieldwork, slum, relational sociology, State, Rio de Janeiro

## AUTHOR

### MARCO ANTONIO DOS SANTOS TEIXEIRA

Doutorando em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), Historiador pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Cientista Social pela UERJ. Bolsista de Doutorado da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). E-mail: mateixeira@gmail.com